

Entre a salvaguarda e a destruição

Os arquivos italianos durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945)

Between safeguard and destruction: Italian archives in the Second World War (1942-1945) / Entre la salvaguardia y la destrucción: los archivos italianos durante la Segunda Guerra Mundial (1942-1945)

Roberto Lopes dos Santos Junior

Doutor em Ciência da Informação pelo Ibiict/UFRJ. Professor adjunto da Faculdade de Arquivologia na Universidade Federal do Pará (Ufpa)

bobblopes@hotmail.com

RESUMO

O artigo analisa como os arquivos italianos foram afetados durante a Segunda Guerra Mundial, no período entre a invasão aliada à Itália, no fim de 1942, e o final do conflito, em maio de 1945. Foram discutidas as iniciativas dos profissionais italianos e do exército aliado em deter ou diminuir as perdas nos arquivos, advindas dos combates e do vandalismo nazista.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Itália; preservação documental.

ABSTRACT

The article analyse how the Italian archives were affected during the Second World War, between the allied invasion of the country, in the end of 1942, until the end of the war, in May 1945. Initiatives by Italian professionals and the allied army to stop or diminish archival losses caused by the combats and nazism vandalism were discussed.

Keywords: Second World War; Italy; document preservation.

RESUMEN

El artículo analiza cómo los archivos italianos fueron afectados durante la Segunda Guerra Mundial, en el período entre la invasión aliada al país, a finales de 1942, al final del conflicto, en mayo de 1945. Se discutieron las iniciativas de los profesionales italianos y del ejército aliado en detener o disminuir las pérdidas en los archivos causadas por los combates y del vandalismo nazi.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial; Italia; preservación documental.

Introdução

A Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945,¹ identifica-se com a Alemanha nazista, a Itália fascista e o império japonês, buscando, por meios militares, uma dominação ideológica e imposição, pela violência, de seus regimes pelo planeta. Por seis anos, grande parte do globo ficou envolvida em um conflito brutal e genocida, em que os aliados, liderados pelos Estados Unidos, União Soviética e Inglaterra, com extrema dificuldade, derrotaram o Eixo e impediram as ambições expansionistas desses países. O saldo de destruição mostrou-se impressionante, no qual grande parte da Europa, norte da África e Ásia tiveram violentas perdas estruturais e um altíssimo custo humano, até hoje não totalmente estimado, especulando-se entre 60 e 65 milhões de mortos.²

Em relação à Europa, o rastro de devastação se estendeu aos museus, bibliotecas e arquivos, onde parte considerável do continente, em diferentes graus, dependendo do país, sofreu saques, destruição e perdas, seja em consequência dos combates e bombardeios, da postura destrutiva das tropas, ou ainda do posicionamento do regime nazista em desnacionaliza-los, isto é, tratá-los apenas como uma mera extensão do novo “império alemão” ou, caso o país ocupado fosse considerado “inferior”, destruir e apagar sua existência (Manzower, 2013). Nesse último aspecto, a influência do líder Adolf Hitler (1889-1945) muitas vezes se mostrou decisiva.

Admirador de artes, com uma visão conservadora e hostil ao vanguardismo e outras vertentes “esquerdistas”, Hitler tentou, sem sucesso, admissão na Academia de Belas-Artes de Viena, Áustria, o que não fez diminuir seu apreço por diferentes formas artísticas, em especial as que promoviam a grandiosidade alemã e a raça “ariana”. Subindo ao poder, em 1933, quase imediatamente atacou e perseguiu artistas e centros de arte na Alemanha, fechou bibliotecas, queimando livros classificados como “inapropriados”, e colocou a arquivologia alemã sob vigilância (Knuth, 2006; Kateelar, 2002). Suas visões grandiosas, que

¹ Alguns autores indicam raízes mais antigas para o conflito, especificamente no cenário asiático, em 1937, com a invasão japonesa na China e Mongólia.

² A bibliografia sobre o tema, que atrai muita atenção de pesquisadores das mais diversas áreas, é muito vasta, mantendo-se com alta produtividade até os dias de hoje. Hastings (2012), Gilbert (2014) e Beevor (2015) servem como bons resumos sobre o desenrolar do conflito.

incluíam uma nova capital totalmente remodelada e um monumental museu germânico-europeu, se expandiram à medida dos sucessos militares na Europa entre 1939 e 1942, variando entre uma preservação parcial dos acervos e obras artísticas de países considerados “estratégicos”, como, por exemplo, França, Países Baixos e Escandinávia, à total destruição, mais especificamente dos acervos e obras da Polônia e União Soviética (Fishburn, 2008).³

Cita-se o caráter estratégico e não somente fanático da lógica hitlerista de destruição documental. Seja no âmbito da arquivologia (Jardim, 1995; Barros; Amélia, 2009; Kramer; Gastaud, 2015) ou no da história (Le Goff, 2003; Nora, 1993; Pollak, 1992), os registros documentais são considerados formas de memória individual e coletiva, servindo de suporte para a constituição da história das instituições e da identidade de um determinado povo, e é percebida a necessidade de preservação do valor histórico que representam para a sociedade. Segundo Merlo e Konrad (2015, p. 35), “os documentos arquivísticos são a própria construção de uma memória social de um determinado grupo de indivíduos”. As autoras afirmam que “a memória da sociedade, registrada nos documentos de arquivo, forma um patrimônio documental”.

Segundo Cox (2012) e Zgonjanin (2005), o valor imaterial apresentado pelos arquivos, direta ou indiretamente, se expande quando envoltos em períodos de conflitos ou guerras. O caráter estratégico que os documentos de um país ou região apresentam reforça tentativas de destruição por parte de dissidentes ou inimigos, nas quais, muitas vezes, busca-se o apagamento ou silenciamento cultural e histórico, com a perda desses acervos ou sua utilização como moeda de troca política e econômica.

A Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, representaria bem as nuances e a dramaticidade do papel patrimonial e de memória dos arquivos. O país, com sua rica e milenar história, de importância decisiva

³ Os principais biógrafos de Hitler – Fest (2005), Kershaw (2008) e Ullrich (2015) – discutiram a relação das visões artísticas com suas políticas culturais, por vezes emancipatórias, mas, em sua maioria, de caráter restritivo e destrutivo. Contudo, os autores apresentam cautela nessa análise, pois Hitler mostrava visões parciais e não aprofundadas sobre essas questões, o que dificultou abordagens mais complexas sobre sua relação com as políticas culturais da Alemanha nazista. Outro material que aprofundou, de forma satisfatória, essas questões, identificando onde as opiniões artísticas de Hitler poderiam ser visualizadas em suas políticas, é o documentário sueco *Arquitetura da destruição*, escrito e dirigido por Peter Cohen, lançado originalmente em 1989.

para a construção da civilização ocidental, ostentava uma rica coleção de monumentos, obras de arte, livros e documentos que, há séculos, obteve respeito e admiração internacional. Esse aspecto foi aproveitado, de forma talentosa, pelo líder fascista Benito Mussolini, ao exaltar a cultura italiana e impor certo respeito dos aliados nazistas à riqueza artística e documental que sua nação possuía, obtendo, pelo menos parcialmente, êxito em impressionar Hitler e seu séquito (Nicholas, 2011).

Mas com o decorrer da guerra, principalmente após a queda do regime fascista e da entrada dos estadunidenses e britânicos no país em 1943, tanto as obras de arte quanto documentos ficaram no meio do conflito e, muitas vezes, sua importância memorial se perdia em meio à destruição e ao caos, ou até mesmo era usada contra esses acervos, pois os nazistas logo vislumbraram a possibilidade de lucro com seu roubo e extravio. Graças à ação corajosa de profissionais italianos e de oficiais norte-americanos e ingleses, estes últimos ligados a comitês de recuperação e salvaguarda de peças documentais instaurados nos Estados Unidos, as perdas puderam ser pelo menos identificadas e parcialmente revertidas após o conflito.

Este artigo, a partir de revisão de literatura em fontes secundárias, analisa como os arquivos italianos foram afetados durante a participação do país na Segunda Guerra Mundial, destacando o período entre a invasão aliada ao país, no fim de 1942, e o final do conflito, em maio de 1945, sendo identificado o impacto dos combates nos acervos italianos, e as iniciativas dos profissionais nativos e do exército aliado, em especial os relacionados à Comissão Americana para a Proteção e Salvamento de Monumentos Artísticos e Históricos em Zonas de Guerra (MFAA), em deter ou diminuir as perdas advindas dos combates e do vandalismo nazista.

O trabalho objetiva discutir aspectos relacionados ao impacto da Segunda Guerra Mundial nos arquivos de países diretamente envolvidos no conflito, cobrindo lacunas na literatura brasileira sobre o tema, sendo que, em relação a bibliotecas (Rydell, 2018; Baez, 2006) e museus (Lima, 2010), existem publicações em português, diferentemente de quando o tema é direcionado aos arquivos. A Itália foi escolhida por oferecer bibliografia relativamente diversificada sobre seus acervos durante a Segunda Guerra, apresentando um amplo cenário de estudo.

A pesquisa primeiramente analisou as iniciativas norte-americanas de criação de organismos ligados à preservação documental e patrimonial em tempos de guerra, que tiveram ampla atuação na Europa, em especial na Itália. Posteriormente, o artigo analisa brevemente a evolução histórica dos arquivos italianos, de como estes foram atingidos durante

a Segunda Guerra, em especial no período de 1942 a 1945, e das tentativas de profissionais italianos e de instituições militares dos Estados Unidos e Inglaterra em conter as perdas nos acervos do país. Por fim, o trabalho discutiu a situação da arquivologia italiana nos primeiros anos do pós-guerra e de que forma a memória do conflito foi percebida, tanto nos arquivos da Itália quanto pelos profissionais encarregados de sua proteção.

Prólogo: Estados Unidos entram na guerra e na salvaguarda documental

Sete de dezembro de 1941. Às sete e cinquenta da manhã, tropas japonesas iniciam um devastador ataque aéreo e marítimo à base militar estadunidense de Pearl Harbor, Havaí. Nele, quatro navios americanos seriam afundados, 12 danificados e cerca de 2.200 soldados norte-americanos morreram. Horas mais tarde, o presidente Franklin Roosevelt, afirmando que esse era o “dia da infâmia”, anunciou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial (Baker, 1970). Os acervos documentais e artísticos do país, inseridos nesse clima de enfrentamento, entraram em uma nova fase de reorganização interna.

Em um primeiro momento, entre 1940 e 1941, foram percebidas ações fragmentadas, pouco organizadas e de curta duração nesse aspecto. Somente em março de 1941, com iniciativas em conjunto dos órgãos norte-americanos Library of Congress, National Archives, National Museum e do National Gallery Museum, o Conselho de Planejamento de Recursos Nacionais e o Comitê para a Conservação de Recursos Culturais foram instituídos, e estratégias de salvaguarda de obras de arte e documentos seriam mais bem delineadas e implementadas, em estágios iniciais, baseando-se em iniciativas inglesas, país que, na época, sofria constantes ataques aéreos alemães (Nicholas, 2011).

Entre diferentes práticas realizadas por esses comitês, uma delas englobaria a sede do National Archives and Records Administration (Nara), um dos poucos prédios do país com ar-condicionado e umidificadores, recebendo, a partir de 1942, aproximadamente cinco milhões de metros cúbicos de documentos, que deveriam ter sua preservação garantida (Nicholas, 2011; Brooks, 1947).

Nos três anos seguintes, essa expansão de documentos no local, muitos de matiz administrativo e legal, estimulou a consolidação de estratégias e práticas de gerenciamento arquivístico e o fortalecimento dos conceitos “gestão de documentos” e “ciclo vital de documentos”, que seriam marcos de renovação epistemológica da arquivologia, firmados por

autores como Phillip Brooks,⁴ Theodore Schelleberg⁵ e Ersnt Posner,⁶ entre o final dos anos 1940 e o início da década seguinte (Indolfo, 2007; Jardim, 2015).

Outro órgão que identificou a necessidade de proteção aos acervos arquivísticos foi a Sociedade Americana de Arquivistas, criada em 1934 e que, em poucos anos, obtinha crescente proeminência ao reunir um número considerável de personalidades ligadas, direta ou indiretamente, aos arquivos estadunidenses. Durante reunião ocorrida em maio de 1943, a sociedade não somente urgiu medidas presidenciais em defesa dos acervos, mas propôs diretivas em que os arquivistas pudessem medir as perdas ocorridas nos teatros de guerra europeus. O relatório originado nesse encontro permitiu que profissionais ligados à arquivologia fossem incluídos em grupos de salvaguarda documental e artística na Europa na segunda metade de 1943 (Cox, 2011; Brooks, 1947).⁷

O que começou como iniciativas em nível interno expandiu-se para a construção de comissões e grupos relacionados à preservação patrimonial da Europa em guerra. Inicialmente, as discussões, que ocorreram entre novembro de 1942 e maio de 1943, teriam algumas contendas, relacionadas principalmente aos tipos de profissionais e oficiais envolvidos e ao destino dos primeiros grupos na Europa (na época, pelo menos em solo italiano, já havia funcionários ansiosos pela oficialização dessas iniciativas, que daria a eles autoridade para missões de busca e preservação). Em junho, a Comissão Americana para a Proteção e Salvamento de Monumentos Artísticos e Históricos em Zonas de Guerra (MFAA) foi sancionada por Roosevelt e, mesmo sendo publicamente divulgada apenas em agosto de 1943, sua criação permitiu, finalmente, a consolidação de atribuições aos oficiais que já estavam em ação na Itália (Nicholas, 2011; Edsel, 2014).

4 Brooks (1906-1977): arquivista, cofundador da Sociedade Americana de Arquivistas, sendo seu presidente entre 1949-1951, responsável pelos acervos documentais do gabinete do presidente Harry Truman entre 1947 e 1953, e pelo arquivo pessoal do então ex-presidente entre 1957 e 1971. Brooks foi um dos principais responsáveis pela consolidação de legislações ligadas à gestão de documentos nos Estados Unidos no início dos anos 1950 (Indolfo, 2007).

5 Schelleberg (1903-1970): pesquisador e diretor operacional do arquivo nacional norte-americano entre 1950 a 1961. Escreveu obras que se tornaram pedra fundamental não somente da gestão de documentos, mas da própria renovação profissional da área nos EUA, em especial no livro *Arquivos modernos* (publicado originalmente em 1956).

6 Posner (1892-1980): arquivista e pesquisador prussiano que, em sua estadia nos Estados Unidos, entre 1939 a 1972, ajudou na consolidação teórica e prática da arquivologia estadunidense.

7 Não foram localizados os textos ou anais ligados ao evento, porém um conciso resumo da reunião e dos pontos enviados a Roosevelt pode ser visto em Holmes (1946).

Apesar de, em seus momentos iniciais, o órgão ter sido apresentado como uma grande “contraofensiva” anglo-saxônica às pilhagens nazistas, a infraestrutura e localização dessas forças no exército norte-americano se mostraram limitadas, e com suporte muitas vezes problemático (Nicholas, 2011). O número exato de oficiais envolvidos na MFAA nunca foi oficialmente divulgado, porém Barnickel (1999), a partir de relatórios e artigos, identificou de dez a 185 funcionários do órgão em atividade na Europa entre 1943 e 1945.

Entre esses oficiais está o tenente-coronel Mason Hammond (1903-2002), professor de Harvard, que introduziu os trabalhos da comissão na Itália, inicialmente em Siracusa, Sicília, envolvida em violentas batalhas. Apesar de todas as limitações e inflexibilidades do exército americano, as “tentativas e erros” de Hammond em medir os danos que poderiam ocorrer em monumentos da cidade serviram de base para estratégias posteriores, feitas pelos oficiais que começaram a chegar a partir de setembro de 1943 (Edsel; Witter, 2011; Edsel, 2014).

Em breve, as iniciativas de Hammond em solo italiano seriam substituídas pelas do capitão Deane Keller (1901-1992), professor de arte em Yale, e do tenente e historiador da arte Fred Hart (1914-1991). Ambos, além de dinâmicos e com senso de estratégia em se adaptar a diferentes localidades e em suplantar resistências locais (e do próprio exército norte-americano), sabendo conciliar suas personalidades diferentes, seriam, após o conflito, identificados como nomes essenciais ao sucesso da MFAA na Europa (Edsel; Witter, 2011).

Polêmicas apresentadas por bibliotecários e arquivistas, que criticaram a pretensa preferência da MFAA pelos museus e obras de arte em detrimento dos arquivos e bibliotecas, apareceram desde o surgimento do organismo, sendo mantidas por toda a Segunda Guerra Mundial e em todos os teatros operacionais onde a comissão esteve em ação (Mattern, 2011).⁸

Contudo, polêmicas e limitações à parte, o conflito na Europa continuava, de forma cada vez mais violenta, com o patrimônio cultural e documental – vários itens de valor imensurável – sendo destruído e perdido, muitas vezes de forma definitiva. A ação para reverter essa situação não só se mostrou necessária, mas fundamental, e a Itália, com sua rica história milenar, foi um dos casos mais dramáticos nesse aspecto.

⁸ Frisa-se que, na bibliografia levantada, apesar de se identificar essa polêmica e críticas sobre possíveis privilégios, informações mais aprofundadas sobre como se deram essas contendas, ou de que forma esses privilégios ocorriam, não foram localizadas.

A Itália e os arquivos

A Itália, no âmbito europeu, foi um dos locais de consolidação teórica e prática para a arquivologia. Na Antiguidade, a área encontrou uma de suas primeiras terminologias (*archivum*, do latim), e as primeiras utilizações, rudimentares, de organização documental. Esse aspecto visualiza-se, por exemplo, na Roma Antiga, com a organização administrativa de documentos públicos, denominadas *tabulae publicae*, nos edifícios do Capitólio onde, em 510 a.C., ao instituir-se a república, estabeleceu-se o *aerarium*, espaço em que os documentos oficiais, desde leis às consultas feitas ao Senado, recebiam identificações e locais de guarda. Em 78 a.C., como império, foram constituídos o *tabularium*, uma das primeiras versões de arquivo público oficial, localizados na capital e em algumas províncias (Culham, 1984, 1989).

No século XVI, a criação dos arquivos em Nápoles (1540-1545) e Florença (1569) faria do então Sacro Império Romano-Germânico um dos principais países da Europa a centralizar documentos provenientes de cortes, secretarias de Estado e protocolos notariais (Silva, 1999). Nesse sentido, cursos para a formação de arquivistas no país foram implantados, entre 1765 e 1856, em cidades como Bolonha, Milão, Veneza e Turim, influenciando diretamente a instalação do primeiro curso de bacharelado para arquivista (1840), a criação do arquivo nacional italiano (1863) e a primeira legislação nacional de arquivos, promulgada em 1875, inspirada pela recente unificação do país. Na primeira metade do século XX, os arquivos públicos estatais e os profissionais arquivistas no país adquiriram uma forte base teórica e interdisciplinar, além de produzir pesquisadores influentes em nível internacional como, por exemplo, Eugenio Casanova (1867-1951), Antônio Panella (1878-1954) e, após 1937, Giorgio Cencetti (1908-1970) (Duranti, 1988).

A relação dos arquivistas italianos com o regime fascista de Mussolini, como ocorreu com os museus e bibliotecas, seguiram por um padrão dúbio e nem sempre claro. Por um lado, o governo, com o interesse de exaltar o “passado glorioso” do país, realizou investimentos em diferentes acervos da Itália, e incentivou a formação profissional para esses arquivos. Mas, por outro, medidas repressivas também foram percebidas, em especial do então ministro do Interior e responsável pelos arquivos italianos, Cesare Maria De Vecchi, que infligiu perseguições e represálias a oponentes ou dissidentes políticos existentes na arquivologia italiana, ocasião em que vários profissionais perderam seus cargos (Londolini, 1989). Eugenio Casavona seria uma das vítimas de Vecchi,

sendo retirado de diversos cargos administrativos entre 1932 e 1935, caindo no ostracismo nos anos seguintes (Komor, 1993).

Os nazistas, conforme citado, também tinham uma posição ambígua em relação às obras de arte e aos acervos documentais na Itália. Hitler e seus seguidores, em especial o chefe da Força Aérea alemã Hermann Göring, nunca esconderam o respeito e até relativa admiração pela riqueza cultural oferecida pelo país, e o interesse que, pelo menos em um primeiro momento, seu patrimônio cultural fosse preservado e mantido em segurança (Nicholas, 2011). Mas, conforme seria visualizado no decorrer do conflito, os nazistas não teriam pudores em destruir arquivos ou furtar obras de arte. Esse fato se tornaria ainda mais problemático devido à postura do líder nazista responsável pela Itália, Karl Otto Wolff, que replicava, muitas vezes de forma irresponsável, as ambiguidades nazistas ao, de um lado, proteger e, de outro, usar essas peças como moeda de troca, além de satisfazer as ambições dos *gauleiter* (prefeito ou líder provincial) alemães em adornarem suas mansões com valiosas peças italianas renascentistas ou da Idade Média (Nicholas, 2011; Edsel, 2014).

Como consequência, mesmo que de forma muito menos agressiva do que ocorreu no leste europeu e União Soviética, a Itália teria perdas, algumas profundas, de sua memória documental, tanto pelos combates violentos quanto pela ação saqueadora dos alemães e, em escala reduzida, dos bombardeios aliados.

Revoltas, destruição e reorganização: os arquivos italianos no ápice da Segunda Guerra Mundial (1943-1944)

A situação militar entre os aliados e os exércitos do Eixo no norte da África, após dois anos de reviravoltas e impasses, mudava de rumo a partir de novembro de 1942. Tropas norte-americanas e inglesas, após diversos reveses, finalmente rompiam com a estrutura militar do marechal alemão Erwin Rommel na Tunísia e, no início de 1943, entravam em território italiano, mais especificamente na Sicília. Apesar da feroz resistência alemã, e de erros estratégicos dos, por vezes egocêntricos, generais aliados, as tropas avançaram pela Itália, ocupando cidades como Salerno, Nápoles, Anzio e Cassino (essas duas últimas com alto grau de destruição e mortes em ambos os lados) e, em junho de 1944, chegaram à capital Roma, apesar do exército nazista liderado por Albert Kesselring conseguir recuperar parte da cidade pouco depois, estendendo o conflito no país por quase um ano (Hibbert, 1970; Graham, 1971; Mason, 1972).

A Itália, nesse período, encontrava-se em uma situação política, econômica e social caótica. Sua população, acometida por doenças como o tifo, mergulhada em revoltas, envolvida em contendas internas entre máfias familiares e trabalhadores sindicalizados, e no meio do fogo cruzado entre aliados e nazistas, perdeu a paciência com Benito Mussolini e seus duradouros fracassos no âmbito militar, pedindo sua deposição. O rei Emanuel, junto com a elite política e industrial italiana, consciente da impossibilidade em continuar a guerra, o depõe em julho de 1943, iniciando conversas de armistício com os norte-americanos. Mas Hitler, percebendo o ocorrido, colocaria Mussolini de volta no poder, como sua marionete, num espetacular resgate ocorrido em agosto, criando um regime títere em Saló (Hibbert, 1972).

Entre diferentes cidades revoltosas, Nápoles se tornou um dos principais e mais agressivos locais de contenda. Com a iminente ocupação das tropas aliadas, a população da cidade entrou em uma violenta revolta contra os ocupantes alemães e soldados fascistas a partir do dia 27 de setembro e, nos três dias seguintes, ofereceria uma agressiva resistência aos nazistas, que revidaram com selvageria, com o saldo de cinquenta soldados alemães e duzentos napolitanos mortos. Além da violência entre civis e soldados, os acervos documentais da cidade também sofreram, de forma amarga, com a revolta (Zgonjanin, 2005).

Logo quando os conflitos na cidade se iniciaram, tropas alemãs, de forma gratuita, destruíram a Universidade de Nápoles, um dos principais monumentos clássicos da Itália, vandalizando os acervos do local, que continham documentos ligados à consolidação universitária europeia entre os séculos IX e XII (Zgonjanin, 2005; Leonard, 1949).

Mas o caso mais dramático seria o ligado ao precioso conjunto documental relacionado ao museu Filangieri e aos arquivos do Estado. No dia 28 de outubro, temendo a perda documental, o diretor do arquivo, Riccardo Filangieri, organizou a retirada de 866 caixas para a vila Montesano, nos arredores da cidade. Contudo, soldados alemães descobriram o acervo e decidiram, quase imediatamente, pela sua destruição. Seguiu-se então, por quase dois dias, uma dramática negociação dos zeladores do local com os soldados, e a tentativa de Filangieri, com o envio de cartas aos comandantes alemães, solicitando reuniões para a preservação do acervo, pedidos esses, negados. No dia 30, os acervos foram destruídos, sendo perdidos documentos datando de 1239, manuscritos, códigos e tratados do reino de Nápoles, tratados das famílias Bourbon e Farnese, e documentos da Ordem de Malta (Filangieri, 1944; Zgonjanin, 2005; Edsel; Witter, 2011). Como bem resumido por

Edsel (2014, p. 93), “esses atos criminosos resultaram em perda não só para a Itália, mas para toda a civilização ocidental”.

Nápoles seria o caso mais grave, mas longe de ser o único local com perdas em seus acervos arquivísticos. Segundo relatório de Emílio Re (1948), funcionário do Ministério do Interior responsável pelo levantamento dos arquivos italianos a serem resguardados durante o conflito, o ano de 1943 viu Palermo – com a perda de 30 mil processos comerciais –, Sardenha, Parma, Milão e Messina – com 40 mil processos notariais, alguns datados da Antiguidade, perdidos – como províncias ou cidades que sofreram com os saques alemães e os bombardeios indiscriminados dos aliados.

Os arquivistas italianos, em meio ao caos, faziam o que podiam para salvar os acervos, muitas vezes tardiamente, pois os bombardeios norte-americanos e ingleses não eram avisados, além da postura muitas vezes “selvagem” dos alemães no roubo e destruição de alguns conjuntos documentais. Junto com museólogos e bibliotecários, os arquivistas conseguiram transferir acervos para esconderijos ou locais longe dos combates, especialmente na cidade de Florença, umas das mais importantes artisticamente (Leonard, 1949). Nessa cidade, graças principalmente às ousadas estratégias de Keller e Hart, que mapearam locais onde os alemães poderiam esconder as obras, e do museólogo Giovanni Poggi (1880-1961), que supervisionou pessoalmente a evacuação de peças de arte e documentos, os nazistas conseguiram desmembrar apenas parte dos acervos artísticos florentinos, não sem amargos embates com soldados aliados (Leonard, 1949; Edsel, 2014; Nicholas, 2011).

A liderança de Riccardo Filangieri, em especial com o apoio do Arquivo Central do Estado⁹ – na época com tentativas de divisão pelo governo de Saló –, conseguiu, pelo menos parcialmente, distrair as autoridades alemãs sobre o destino de vários arquivos regionais, garantindo assim que a arquivologia italiana não se fragmentasse junto com a sociedade envolvida no conflito (Leonard, 1949).

Mas as autoridades nazistas ofereceram, com funcionários recém-alocados, partidários de Mussolini e adeptos da força bruta, um forte clima de repressão aos arquivos do país, influenciando também nos cursos de arquivologia, que funcionaram de forma irregular e com diversas interrupções, apesar das iniciativas de Armando Londolini (1888-1966),

⁹ Organismo criado pela legislação de 1875, localizado em Roma, com o intuito de centralizar as práticas arquivísticas no país e servir de suporte profissional ao arquivo nacional italiano. Após décadas de instabilidade administrativa, teve seu funcionamento legal definido em 1953.

um dos responsáveis pela organização dos currículos de boa parte desses cursos, que buscavam evitar que as faculdades não fechassem suas portas (Londolini, 1989).

Abria-se um vácuo profissional nos acervos do país, agravado pelo fato do fascismo ter fragmentado iniciativas de associativismo entre os arquivistas, por vezes dispersos e com falhas de comunicação (Leonard, 1949). Esse vácuo, que se expandia no decorrer de 1944, seria, aos poucos, revertido, com a entrada da MFAA na Itália.

Resgatando e protegendo os acervos: arquivos italianos e as iniciativas aliadas (1944-1945)

A participação arquivística no teatro de guerra italiano, apesar de alguns breves entraves burocráticos, se iniciou em novembro de 1943, quando a sede da MFAA constatou a necessidade de profissionais que pudessem analisar e organizar acervos italianos com risco de serem danificados.

Nesse período, Solon J. Buck (1884-1962), arquivista de longa atuação e respeitada figura do National Archives, sendo seu diretor desde 1938, serviu de ponte entre os profissionais que seguiram para a Itália e os oficiais da MFAA já em combate, definindo assim diretivas mais precisas sobre as perdas documentais e práticas de preservação e restauração dos acervos danificados (Brooks, 1947; Mattern, 2011). A prioridade de Buck em suas demandas, que se mostraram acertadas, era a da inclusão de profissionais com vasta experiência em documentos, e que possuíam tanto conhecimento arquivístico como capacidade de adaptação no front de batalha.

O primeiro dos profissionais a ser enviado foi o bibliotecário Fred Shipman (1903-1998), responsável pela biblioteca e arquivo do presidente Roosevelt. Shipman mostrou-se importante em “abrir as portas” para outros bibliotecários e arquivistas que iriam aportar em solo italiano e ajudou a delinear medidas de proteção aos arquivos do país, algumas delas aproveitadas pelo próprio Roosevelt em seu acervo. Entretanto, Shipman seria transferido na metade do ano de 1944, deixando algumas tarefas de reorganização inacabadas (Mattern, 2011). Seu sucessor, o sargento Burrage Child (1900-1972), logo também seria alocado diretamente para a Alemanha, no início de 1945. Apesar de algumas medidas de atenção para a Itália, seus esforços, e da equipe de nove profissionais diretamente escolhidos por ele, seriam centralizados nas perdas alemãs à medida que Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética adentravam o país (Mattern, 2011).

Além de Shipman e Childs, foi alocado talvez o principal nome “arquivístico” norte-americano da MFAA na Itália, que conseguiu centralizar as atividades de conservação documental, o capitão William D. McCain (1907-1993), na época um arquivista em ascensão na região de Nova Jersey. Apesar de não terem sido localizadas informações aprofundadas sobre os procedimentos e práticas de trabalho do capitão, registros indicam uma alta participação do arquivista em projetos de reconstrução de acervos danificados na Itália – cerca de trinta entre agosto de 1944 e setembro de 1945. Segundo profissionais como, por exemplo, o major britânico H. E. Bell, também alocado na Itália pela MFAA, e Emílio Re, McCain foi de considerável importância em injetar ânimo no comitê e de oferecer estratégias práticas que seriam utilizadas nos arquivos italianos do pós-guerra (Mattern, 2011; Re, 1948).

Além dos estadunidenses, profissionais ingleses, a partir de acordos de cooperação entre a MFAA e o exército britânico, também seriam alocados em solo italiano para lidar com os arquivos do país e, de forma até mais enfática que os norte-americanos, discutir diretamente com profissionais, personalidades políticas e a população sobre o destino dos acervos da Itália. Três nomes merecem destaque.

O capitão Roger Ellis (1910-1998), ligado aos arquivos britânicos reais e, desde 1940, oferecendo relatórios e trabalhos sobre os acervos ingleses atingidos pelos bombardeios alemães, seria transferido para o braço inglês da MFAA, realocado para a Itália em abril de 1944. Sua importância não se deu somente por ajudar na reconstrução dos acervos italianos, mas também por ter sido um dos poucos funcionários da MFAA junto às tropas e aos grupos de trabalhos de Keller e Hart, presenciando *in loco* o calor dos combates e as reações contraditórias da população italiana, por vezes ressentida com a pretensa preferência dos aliados pelos monumentos, em detrimento dos feridos. Ellis, em relatórios esparsos, reclamou de cidades “entorpecidas e desagradáveis”, onde se perdia tempo com “autoridades modorrentas” e arquivos deixados com o “idiota do lugar” (Nicholas, 2011, p. 275). Apesar desses problemas, a atuação de Ellis na Itália, até novembro de 1944, quando foi transferido para a Alemanha, foi bastante elogiada por oficiais ingleses, norte-americanos e italianos, e ajudaria em sua bem-sucedida carreira no pós-guerra como arquivista (Re, 1948; Mattern, 2011).

Outra figura importante da MFAA foi Hillary Jenkinson (1882-1961), talvez um dos mais influentes pesquisadores em arquivos ingleses do século XX. Sua participação no teatro de guerra foi relativamente limitada – apenas quatro meses em solo italiano no início de 1944 –, porém produziu uma das mais completas listas sobre os arquivos italianos e a

situação dos mesmos frente à guerra, a qual serviu de base para os projetos de reconstrução, e também como ponto de união entre arquivistas ingleses, estadunidenses e italianos, que puderam centralizar práticas de reorganização. Sua capacidade de acoplar grande número de informações e oferecê-las de forma concisa, além de sua postura cordata e ponderada, também o fez receber notas, por vezes entusiásticas, de profissionais da MFAA e do governo da Itália (Mattern, 2011; Re, 1948).

Por fim, cita-se o que foi considerado o “líder” da frente inglesa da MFAA nos arquivos, o capitão e historiador da arte Humphrey Brooke (1914-1988). Alocado na Itália entre março de 1944 e maio de 1945, possuía amplo conhecimento sobre documentos de arquivos, mas também sobre preservação do patrimônio arquitetônico, serviu de ponte entre as iniciativas de Roger Ellis e Hillary Jenkinson, e manteve relação próxima com Emílio Re, que em seu artigo não escondeu admiração pela postura espontânea e dinâmica do britânico (Mattern, 2011; Re, 1948).

Brooke, durante sua estadia, também exerceu considerável importância em estabelecer relações entre a MFAA e os arquivistas locais, sejam nas instituições públicas ou em acervos particulares, onde também seria elogiado pela sensibilidade e disposição para ouvir as demandas, além de discutir soluções em conjunto para os problemas estruturais advindos dos combates (Re, 1948).

Os caminhos arquivísticos italianos no pós-guerra

A partir de março de 1945, o marechal Karl Wolff, após intensas, e muitas vezes infrutíferas, negociações com oficiais norte-americanos, iniciou conversações secretas para a capitulação das forças alemãs na Itália, iniciativa seguida por outras personalidades nazistas no país. Tropas aliadas e *partisans* (grupos italianos clandestinos de resistência) quebravam as últimas forças militares alemãs, prendendo e executando Benito Mussolini em 28 de abril. Finalmente, em 29 de abril, os nazistas assentiram com a rendição incondicional de suas forças na Itália (a única realizada pelo nazismo com Hitler vivo) (Kershaw, 2015).

Logo após o fim do conflito, a MFAA mudaria rapidamente sua ação para recuperar as perdas e transferir suas práticas e atuação aos profissionais locais. O organismo ainda enfrentaria quase dois anos de litígios ligados aos acervos italianos extraviados. Mas seus oficiais, aos poucos, voltavam para casa, alguns lamentando deixar uma rotina intensa, por vezes perigosa, mas também emocionante, e outros nunca totalmente encerrando seus laços com a Itália (Edsel; Witter, 2011; Edsel, 2014).

A busca por obras de arte e documentos perdidos ou roubados começaria quase imediatamente após o término da guerra. Porém, a Itália seria um dos últimos países onde o tema da reparação seria posto à mesa com os aliados. Isso é explicado, em parte, pela existência de corpos militares já envolvidos nessa tarefa, e pela necessidade de mapeamento dos acervos atingidos pelo conflito. Nas décadas seguintes, graças, principalmente, às iniciativas enérgicas e polêmicas do historiador da arte Rodolfo Siviero (1911-1983), não somente várias obras de arte, livros e documentos seriam recuperados e enviados de volta à Itália entre os anos de 1950 e 1980, mas também ofereciam base para acordos tripartite Alemanha-Estados Unidos-Itália, que, até o início do século XXI, ajudaram a delinear parâmetros mais específicos dessa reparação (Nicholas, 2011; Eckert, 2014).

No âmbito dos arquivos, apesar das perdas, percebeu-se que muitas delas, em especial ligadas ao espaço físico danificado por bombardeios, poderiam ser recuperadas. Mesmo no desastroso incêndio do arquivo napolitano, listas de identificação das peças documentais existentes foram encontradas, e parte do acervo pôde ser recuperada (Zgonjanin, 2005). Entre 1946 e 1950, as iniciativas dos oficiais de arquivo da MFAA mostraram-se de fundamental importância para uma rápida avaliação dos acervos e documentos perdidos ou avariados, ajudando tanto em sua reconstrução como em pedidos de reparação aos alemães, que seriam, de forma gradativa, atendidos, durante a segunda metade do século XX (Eckert, 2014).

A arquivologia italiana, após décadas de posturas repressivas advindas do fascismo, obteve novo ânimo após o fim do regime. Profissionais que haviam sido afastados foram reabilitados, em especial Eugenio Casanova, podendo oferecer publicamente suas ideias e práticas em arquivos (Komor, 1993). Cursos de graduação em arquivologia seriam redefinidos pelo Ministério do Interior, a partir do final dos anos 1940, e discutidos com arquivistas e historiadores.

Como consequência, foi criada a Associação Nacional Arquivística Italiana, unindo organismos profissionais e centros de pesquisa em arquivo no país, promulgada em 1949 e estabelecida legalmente em 1963, e consolidada a Faculdade de Arquivologia, Diplomática e Paleografia, também em 1963, inicialmente em Roma e, nos anos seguintes, instalada em mais 17 cidades italianas (Tató, 2011).

Os arquivistas oriundos do pós-guerra estavam preparados para lidar de forma mais organizada e centralizada com as perdas em seus acervos, fato esse visível, por exemplo, na enchente ocorrida em Florença

em 1966, onde a atuação de arquivistas, bibliotecários, museólogos e restauradores ajudou a definir novas estratégias de preservação, na época, compreensivelmente, centralizadas em perdas ligadas a violações de guerra (Castro, 2010).

Epílogo... ou memórias da guerra nos arquivos e de seus “soldados”

Ao concluirmos a presente pesquisa, que discutiu os arquivos italianos durante a Segunda Guerra Mundial, indaga-se o possível papel da memória social e cultural dos acervos arquivísticos em sua salvaguarda durante o conflito.

A resposta, a partir da análise realizada, é que esse papel pôde ser identificado, porém apenas parcialmente. Conforme citado na introdução e no decorrer do texto, a “fúria” nazista na destruição cultural de países ocupados encontrou certo impedimento em terras italianas, em parte por ter sido um aliado de guerra, mas também pelo apreço de Hitler e de seu encarregado Karl Wolff pela, segundo suas palavras, “gloriosa” cultura italiana (Nicholas, 2011). A atuação eficiente da MFAA no país também confirmou a importância dos documentos para os exércitos aliados, que se manteria após 1945.

Mas, inevitavelmente, perdas ocorreram e, mais de setenta anos depois, algumas marcas dos combates podem ser visualizadas em monumentos, bibliotecas, museus e arquivos da Itália. Algumas foram mantidas propositalmente, em especial nas cidades de Florença, Nápoles e Cassino – que ocasionalmente oferecem conferências sobre salvaguarda de documentos e obras de arte –, para concretizar uma lembrança dessas perdas e para que a memória sobre o ocorrido não se extinga.¹⁰

Em relação aos profissionais que lutaram, muitas vezes bravamente, para sanar ou evitar as perdas arquivísticas, no âmbito interno, tanto Emilio Re (1881-1967) como Riccardo Filangieri (1882-1959) seriam, desde os primeiros anos do pós-guerra, lembrados como nomes importantes que ousaram se opor aos nazistas na ajuda aos aliados, oferecendo informações sobre os acervos italianos. Ambos exerceram cargos de chefia na Associação Nacional Arquivística Italiana nos anos de 1950, com

¹⁰ Entre esses eventos, destacam-se o II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, ocorrido em Veneza (1964), que serviu de base para a Carta Italiana de Restauro, publicada em 1972, e a Carta da Itália, publicada em 1987; o Congresso Internacional de Conservação, ocorrido em Florença (1998); e a VI Conferência Europeia sobre Arquivos, também em Florença (2001) (Kühl, 2010; Granato; Campos, 2013).

Filangieri exercendo também a direção do Conselho Internacional de Arquivos entre 1956 e 1959 (Londolini, 1989).

Já em relação aos oficiais da MFAA, nem sempre a memória de sua atuação seria devidamente reconhecida. Sim, grande parte de seus oficiais receberam condecorações militares já em 1945, e teriam estima elevada nos locais onde voltaram a trabalhar, mantendo o prestígio até seu falecimento. Porém, o órgão em si, com o passar dos anos, seria colocado em um estranho esquecimento, a despeito de todo seu esforço.

A partir dos anos 1990, com os estudos da historiadora Lynn Nicholas e, principalmente, com os esforços do pesquisador Robert Edsel, as iniciativas da MFAA seriam analisadas de forma mais aprofundada, reafirmando sua importância para a salvaguarda documental e artística da Europa.

Dentre os esforços de Edsel para a rememoração da MFAA, citam-se a produção de diversas publicações, realização de eventos e um extenso levantamento documental, que, em consequência, permitiu um filme contando as aventuras desses soldados, *Caçadores de obras-primas*, dirigido por George Clooney, lançado em 2014, e um organismo em memória da MFAA, iniciado em 2007, com um site dedicando links individuais aos principais soldados envolvidos.¹¹ Os oficiais “arquivistas” William McCain, Roger Ellis, Humphrey Brooke, Fred Shipman e Burrage Child são citados na página, além do site indicar a necessidade da preservação dos arquivos como um aspecto importante dessas missões, denotando a sensibilidade de Edsel quanto ao papel dos acervos arquivísticos no escopo da MFAA.

A pesquisa indica que, tanto no âmbito dos acervos italianos como dos personagens que atuaram em sua salvaguarda, a importância da preservação documental, e do devido investimento nos funcionários que realizaram seu resgate e proteção, foi evidenciada com a Segunda Guerra Mundial, servindo parcialmente de parâmetro a iniciativas e organismos preocupados com o registro informacional da humanidade como, por exemplo, o programa Memória do Mundo, instituído pela Unesco em 1992, que visa reafirmar a importância social e cultural das bibliotecas e arquivos.

Objetivando identificar se aspectos preservacionistas e memoriais também podem ser vislumbrados em outros teatros da Segunda Guerra

¹¹ Disponível em: www.monumentsmenfoundation.org. Acesso em: 26 nov. 2018.

Mundial, pretende-se a continuidade dos estudos nos cenários francês e soviético, analisando semelhanças e diferenças com o ocorrido na Itália durante o conflito.

Referências

- BÁEZ, F. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BAKER, A. J. *Pearl Harbor*. Londres: Ballantines Books, 1970.
- BARNICKEL, L. *Spoils of war: the fate of European archives during World War II*. *Archival Issues: journal of the Midwest Archives Conference*, v. 24, n. 1, p. 7-20, 1999.
- BARROS, D. S.; AMÉLIA, D. *Arquivo e memória: uma relação indissociável*. *TransInformação: revista da Pontifícia Universidade Católica de Campinas*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, 2009.
- BEEVOR, A. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- BROOKS, P. C. *Archives in the United States during World War II, 1939-45*. *The Library Quarterly*, Chicago, v. 17, n. 4, p. 263-280, 1947.
- CASTRO, A. A. N. *A preservação documental no Brasil: notas para uma reflexão histórica*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 31-46, 2010.
- COX, D. *National Archives and international conflicts: the society of American archivists and war*. *American Archivist*, Chicago, v. 74, p. 451-481, 2011.
- COX, R. *Archives, war, and memory: building a framework*. *Library & Archival Security*, Abingdon, UK, v. 25, p. 21-57, 2012.
- CULHAM, P. *Archives and alternatives in Republican Rome*. *Classical Philology*, Chicago, v. 84, n. 2, p. 100-115, 1989.
- _____. *Tablets and temples: documents in Republican Rome*. *Provenance Journal of the Society of Georgia Archivists*, Decatur, v. 2, n. 2, p. 15-31, 1984.
- DURANTI, L. *Education and the role of the archivist in Italy*. *American Archivist*, Chicago, v. 51, n. 3, p. 346-355, 1988.
- ECKERT, A. M. *The struggle for the files: the Western allies and the return of German archives after the Second World War*. Londres: Cambridge University Press, 2014.
- EDSEL, R. M. *Salvando a Itália*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- _____; WITTER, B. *Caçadores de obras-primas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- FEST, J. *Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- FILANGIERI, R. *Report on the destruction by the Germans, September 30, 1943, of the depository of priceless historical records of the Naples State Archives*. *American Archivist*, Chicago, v. 7, n. 4, p. 252-55, 1944.
- FISHBURN, M. *Burning books*. Londres: Palgrave Macmillan, 2008.
- GILBERT, M. *Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo*. São Paulo: Leya, 2014.
- GRAHAM, D. *Cassino*. Londres: Ballantines Books, 1971.
- GRANATO, M.; CAMPOS, G. N. *Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos*. *MIDAS: Museus e estudos interdisciplinares*, Évora, v. 1, p. 1-12, 2013.
- HASTINGS, M. *Inferno: o mundo em guerra 1939-1945*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.
- HIBBERT, C. *Mussolini*. Londres: Ballantines Books, 1972.
- _____. *Anzio: the bid for Rome*. Londres: Ballantines Books, 1970.
- HOLMES, O. W. *The National Archives and the protection of records in war areas*. *American Archivist*, Chicago, v. 9, n. 2, p. 110-127, 1946.

- INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 28-60, 2007.
- JARDIM, J. M. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 19-50, 2015.
- _____. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.
- KATELAAR, E. Archival temples, archival prisons: modes of power and protection. *Archival Science*, Dordrecht, Netherlands, v. 2, p. 221-238, 2002.
- KERSHAW, I. *O fim do Terceiro Reich: a destruição da Alemanha de Hitler 1944-1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. *Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- KNUTH, R. *Burning books and leveling libraries: extremist violence and cultural destruction*. Westport: Praeger Publishers, 2006.
- KOMOR, V. In search of archives history: Eugenio Casanova and the suspect Lincon Letter. *Archival Issues: journal of the Midwest Archives Conference*, v. 18, n. 1, p. 55-62, 1993.
- KRAMER, G. P.; GASTAUD, C. R. Arquivo, memória e cidadania: uma reflexão acerca dos arquivos públicos. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá, v. 16, p. 123-138, 2015.
- KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, p. 193-227, 2010.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEONARD, E. G. Archives, bibliothèques et oeuvres d'art en Italie durant la guerre. *Revue Historique*, Paris, v. 202, n. 1, p. 24-51, 1949.
- LIMA D. F. C. Documentação em museus e histórico de propriedade (provenance): restituição de obras de arte espoliadas pelos nazistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2010, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Ibict, Ancib, 2010.
- LODOLINI, E. La Scuola Archivistica Romana dal 1870 al 1985. *Archivi per la Storia*, Roma, v. 2, p. 110-127, 1989.
- MANZOWER, M. *O império de Hitler: a Europa sob o domínio nazista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MASON, D. *Salerno - Foothold in Europe*. Londres: Pan/Ballantine, 1972.
- MATTERN, E. World War II archivists: in the field and on the home front. *Library & Archival Security*, Abingdon, UK, v. 24, n. 2, p. 61-81, 2011.
- MERLO, F.; KONRAD, G. V. R. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 20, p. 26-42, 2015.
- NICHOLAS, L. H. *Europa saqueada: o destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-23, 1993.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RE, E. The Italian archives during the war. *American Archivist*, Chicago, v. 11, n. 2, p. 99-114, 1948.
- RYDELL, A. *Ladrões de livros: a história real de como os nazistas roubaram milhões de livros durante a Segunda Guerra*. São Paulo: Crítica, 2018.
- SILVA, A. B. M. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999.
- TATÓ, G. Archivist: which training. *Tehnicni in vsebinski problemi klasicnega in elektronskega arhiviranja*, Maribor, Eslovênia, v. 10, p. 63-72, 2011.
- ULLRICH, W. *Adolf Hitler: os anos de ascensão 1889-1939*. São Paulo: Amarylis, 2015.
- ZGONJANIN, S. The prosecution of war crimes for the destruction of libraries and archives during times of armed conflict. *Libraries & Culture*, Austin, v. 40, n. 2, p. 128-144, 2005.

Recebido em 29/11/2018
Aprovado em 10/9/2019